

## POLÍTICA SOCIAL DO CONHECIMENTO: SOBRE FUTUROS DO COMBATE À POBREZA<sup>1</sup>

Salvador Mor de Lima<sup>2</sup>

**P**edro Demo é doutor em Sociologia e tem como campo de atuação acadêmica a política social e a metodologia científica. É professor universitário desde 1972 e atualmente é professor titular da Universidade de Brasília. Ocupou vários cargos no Ministério da Educação e tem mais de trinta livros publicados, muitos deles sobre Educação. Na antecapa da obra, se informa que ele “ultimamente tem se dedicado à educação”. O próprio autor, em outra obra sua – *A Nova LDB, Ranços e Avanços*<sup>3</sup> –, afirma que não examinou a nova lei como um especialista, antes a olhou como um interessado que ainda guardava um pouco da visão “de fora”.

A leitura de *Política Social do Conhecimento* e o exame deste breve currículo permitem concluir que a perspectiva do autor pode ser exógena, mas não é superficial. Por outro lado, o resenhista é professor de Matemática há mais de trinta anos e talvez tenha vocação tardia para a pesquisa em educação. O autor da resenha leu a obra com uma visão “de dentro”. O ponto de vista deste leitor é endógeno e indelevelmente marcado por sua trajetória como professor. Exatamente por isso, ansiava por uma revelação de um plano mais geral e a encontrou nesta obra.

O título e, especialmente, o subtítulo não revelam o tema proposto e sua contribuição para a educação. Não é uma obra sobre Sociologia, como se poderia concluir do título. Tampouco é um panfleto de combate à pobreza, como apressadamente se poderia inferir do subtítulo. É uma obra sobre educação, e assim a leu o resenhista.

---

1. Demo, Pedro. *Política Social do Conhecimento: Sobre Futuros do Combate à Pobreza*. Petrópolis, Vozes, 2000.

2. Professor e Mestrando em Educação na UNISO.

3. Demo, Pedro. *A Nova LDB: Ranços e Avanços*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

Para aceitar esta perspectiva de leitura, é imperioso se reportar ao binômio educação e conhecimento como estratégia primordial do desenvolvimento, assim como o concebe Pedro Demo em sua obra *Educação e Qualidade*<sup>4</sup>. O autor tem percepção matricial do desenvolvimento, ou seja, aquela que integra os meios econômicos e os fins sociais, tendo a educação e o conhecimento como eixo. À educação atribui a qualidade política e ao conhecimento a necessária competência formal. Esse é o raciocínio desenvolvido em *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*<sup>5</sup>, onde caracteriza o predomínio integrado dos fins (direitos humanos) sobre os meios (mercado), tendo a educação e o conhecimento como componentes prioritários da competência histórica de desenvolvimento humanizado.

O problema apresentado em *Política Social do Conhecimento* se resume à pergunta mais geral: como conduzir o desenvolvimento humanizado? Esta pergunta pode ser mais especificada por outras. Como deve ser o processo de formação da competência humana de fazer história própria nesta concepção de desenvolvimento? Como promover este predomínio integrado da promoção do bem-estar comum e dos direitos humanos frente ao mercado, especialmente agora que são passados os “anos gloriosos” do welfare state? O conceito de desenvolvimento como oportunidade implica um paradoxo: as oportunidades são condicionadas ao manejo do conhecimento e a economia intensiva do conhecimento tem caráter excludente. Como resolver este contra-senso? Quais as políticas sociais que poderiam propor a superação dessas contradições? A essas perguntas, bem como a outras menos abrangentes, o autor da obra pretendeu responder.

Em primeiro lugar, vislumbra a sociedade do conhecimento e o acréscimo de exclusão social por ela provocado. Vê o mundo dividido entre os que podem e os que não são capazes de produzir conhecimento próprio. Neste quadro, prevê a emergência de políticas sociais marcadas pelo assistencialismo e que tendem a colocar o assistido como simples beneficiário. Embora reconheça a assistência como direito radical à sobrevivência, não vê nela a possibilidade da formação do cidadão pela sua previsível degeneração em mero assistencialismo. Em seguida, repara o senso-comum do problema da pobreza como carência material e procura situar o problema da pobreza em sua dimensão mais grave que é a dimensão política.

Para encaminhar a solução do problema, propõe formas não meramente assistenciais de política social, com especial atenção para aquelas que contemplem o acesso à educação básica de qualidade e que incluam o manejo crítico do conhecimento.

Para caracterizar estas propostas, procura definir a política social do conhecimento. Começa criticando o conhecimento moderno por suas contradições lógicas e sociais. As contradições lógicas se situariam em seu enredamento circular, em sua *petitio principii*, e na exagerada confiança da ciência no próprio método. No plano social, as contradições se encontrariam na tendência excludente do conhecimento. Reitera o caráter estratégico do conhecimento para o combate à pobreza política e desenha os campos da política social do conhecimento entre as quais destaca as de estilo macro, como as dirigidas às oportunidades de desenvolvimento: preparação de recursos huma-

4. Demo, Pedro. *Educação e Qualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

5. Demo, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

nos, conquista de autonomia internacional e universalização qualitativa da educação básica.

Conclui a obra acentuando que o conhecimento deve ser atrelado à educação. Propõe pensar o conhecimento no conjunto da educação, buscando nela tanto o conhecimento como a ética do conhecimento. Esta conclusão confirma a tematização feita pelo resenhista, que leu o foco na educação antes que no conhecimento ou sociologia.

Ainda que não explicita nesta obra, o autor adota o método dialético histórico-cultural, cujo pressuposto fundamental é de que toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável<sup>8</sup>. Demo foi fiel a este pressuposto e bem sucedido na metodologia adotada: definiu um modelo de desenvolvimento, caracterizou as conjunturas, prognosticou a sociedade do conhecimento intensivo e, principalmente, percebeu as contradições necessárias à sua superação. Afastando-se dos perigos do subtítulo da obra, procurou o distanciamento crítico que sua visão "de fora" permitiu.

Nas políticas sociais que avaliou, seguiu os próprios conceitos da concepção dialética da avaliação<sup>9</sup>, isto é, a avaliação não apenas como processo técnico, mas principalmente político. Tinha proposto e procurou uma avaliação ética, transformadora, emancipadora.

Acompanhando o raciocínio apresentado em sua obra *Participação é Conquista*<sup>10</sup>, o autor reiterou em *Política Social do Conhecimento* que as políticas sociais usuais têm como conteúdo o controle social e a desmobilização popular. Assim, prevê problemas na implementação das políticas sociais que preconiza e reconhece neles o verdadeiro sentido das políticas sociais: as contradições levando à superação.

Na obra em que comenta a LDB, Demo estabelece o conceito de inovação *stricto sensu*, como a que ocorre apenas quando se transpõem os limites do sistema, pelo menos parcialmente. Resta a dúvida se o proposto predomínio integrado do bem-comum sobre o mercado seria perenizado pelas políticas sociais, assim como sugeridas em *Política Social do Conhecimento*. As políticas sociais propostas garantem seu caráter contínuo? Os limites seriam transpostos irreversivelmente?

Finalmente, procurando aplicar o pensamento de Demo à compreensão da realidade, podemos tomar, como exemplos, as atuais políticas federais para o ensino fundamental, e notar que elas têm duas características: descentralização e critérios diferenciados de alocação de recursos. Ações governamentais como a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Programa Nacional de Alimentação do Escolar, o Programa TV-Escola, o Programa de Apoio Tecnológico à Escola (PAT), o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e a redifinição do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) apontam para as características destas políticas.

Recorrendo novamente a Demo e à sua distinção entre distribuição e redistribuição de renda, podemos avaliar estas ações. A distribuição manipula as sobras do

8. Demo, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1987.

9. Demo, Pedro. Avaliação Qualitativa. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

10. Demo, Pedro. Participação é Conquista. São Paulo: Autores Associados, 1988.

sistema, evitando tocar nas desigualdades. A redistribuição, por superar o aspecto meramente assistencialista, leva à emancipação dos marginalizados.

Ora, ações governamentais citadas foram orientadas para uma certa “distribuição” (art. 8º, 9º e 10 da LDB). Mas é uma mera distribuição em que o governo federal e os estados descentralizam as responsabilidades pela educação e, eventualmente, suprem as deficiências regionais. De fato, esta distribuição não prevê mais recursos, não busca mais recursos nas classes onde eles são mais abundantes. Ela apenas administra a escassez. Segundo dados do próprio MEC, no ano de 1998, o custo-médio por aluno na região sudeste diminuiu 9%, enquanto o nordeste aumentou 89%. Ou seja, o que ocorreu foi apenas uma distribuição às custas do já débil pacto federativo. O que se quer é atingir o “padrão mínimo de oportunidades educacionais” (LDB, art. 74), mas não se procura aumentar este custo mínimo, porque este aumento exigiria aumentar a receita e, conseqüentemente, tocar no espectro das desigualdades.

Por possibilitar ao leitor uma avaliação ética, transformadora e emancipadora das políticas educacionais, *Política Social do Conhecimento* é leitura recomendada e proveitosa. O estudo da obra de Demo e a consulta à sua biografia permitem ao resenhista afirmar que Pedro Demo é um sociólogo ao qual não se permitirá sugerir que esqueçam o que escreveu.